

rede coletora de esgoto dentro da nova projeção do lote, sendo necessário o remanejamento da mesma, que terá um custo total de R\$ 11.441,00, valor que será arcado pela Administração Regional. Falta a Companhia Energética de Brasília - CEB se manifestar sobre a possibilidade ou não do remanejamento de sua rede e quais custos. 5. Biblioteca – Praça Central – Estabelecida desde 1997. Não constitui unidade imobiliária registrada em cartório. A Biblioteca Vó Filomena, como é conhecida, faz parte do Sistema de Bibliotecas do Distrito Federal. A proposta é que o lote a ser criado tenha 965 m². 6. Lote De Serviços Públicos – Praça Central – O lote é registrado para serviços públicos e está ocupado pela CAESB. Foi registrado com 825 m², mas ocupa 1.135 m². A ampliação proposta se justifica para que o acesso ao estacionamento interno do lote seja dado pela via pública. Houve um deslocamento da implantação do lote. Dessa forma, a proposta é ajustar a localização do lote e incorporar a ele mais 310 m², totalizando, assim, 1.135 m². Todos os casos apresentados foram submetidos ao IBRAM - Brasília Ambiental, que concluiu pela dispensa de licenciamento ambiental, porque todos eles se enquadram na Resolução CONAM nº 10 de 20/12/2017, que dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do Distrito Federal. De acordo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, as áreas estão na Zona Urbana Consolidada. Os parâmetros urbanísticos são os previstos no art. 11 da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS. Os casos apresentados também foram instruídos por diretrizes emitidas pela Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades da SEDUH e precedidos de estudos urbanísticos, que avaliaram a viabilidade de alteração de parcelamento e não foi encontrado nenhum óbice. Seguindo os trabalhos, conforme o Item 3. Questionamentos da Plenária, os presentes se manifestaram: 1. O Senhor Saulo Roberto Figueiredo informou que o Administrador do Núcleo Bandeirante, Senhor Adalberto Carvalho, não pôde estar presente neste evento, por conta de outra agenda de trabalho, mas está sendo representado pelo presente orador e pelo Senhor Cássio Aviani os quais disseram estar muito satisfeitos com a realização desta Audiência Pública. A Coordenadora de Projetos, a Senhora Anamaria de Aragão observou que a ausência de outras manifestações se deve ao fato de se tratar de equipamentos já implantados e com serviços públicos relevantes para a cidade e à parceria estabelecida entre a Seduh e a Administração Regional, no sentido de desenvolverem um projeto de acordo com as intenções da Administração Regional de reforma dos espaços e execução de melhorias dos mesmos. As próximas etapas para a regularização são: a) Elaboração de um Projeto de Lei de alteração dos parcelamentos e regularização dos equipamentos, com criação ou ampliação de lotes; b) O Projeto de Lei será encaminhado ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN para aprovação da proposta; c) Após aprovação pelo CONPLAN, o PL será encaminhado para a Câmara Legislativa do DF; d) Após o PL ser aprovado pela Câmara Legislativa, o mesmo retornará para a SEDUH para dar prosseguimento ao registro cartorial das unidades imobiliárias. 2. O Senhor Fenix Porto Pontes, via chat, questionou se “alguma dessas localidades aborda alguma área do parque” ao que foi respondido pela Senhora Anamaria de Aragão que não, o que está sendo tratado nesta Audiência Pública é exclusivamente regularização de equipamentos públicos existentes e não regularização de habitação, atividades comerciais ou atividades de prestação de serviços. Item 4. Encerramento, por não haver mais interessados em se manifestar, a Coordenadora de Projetos, Senhora Anamaria de Aragão, deu por encerrada a Audiência Pública que dispõe sobre a regularização do lote do Estádio de Futebol Vasco Viana, do lote da Feira Permanente da Praça Central, do lote do Ginásio de Esportes, do lote da Biblioteca, do lote do Salão Comunitário e da ampliação do Lote de Serviços Públicos na Praça Central do Núcleo Bandeirante, localizados na Região Administrativa do Núcleo Bandeirantes – RA VIII, agradecendo a presença de todos. GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH; ANAMARIA DE ARAGÃO, Coordenadora de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – COPROJ/SEDUH; ELIANE PEREIRA VICTOR RIBEIRO MONTEIRO, Diretora de Parcelamento do Solo da Coordenação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – DISOLO/COPROJ/SEDUH.

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA (CGP), QUE INTEGRA A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO PARTICIPATIVA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (PDOT), APROVADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 803/2009.

As dezoito horas e quinze minutos do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e vinte um, via videoconferência, em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, foi aberta a Reunião pública do Comitê de Gestão Participativa (CGP), que integra a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado pela Lei Complementar nº 803/2009, pelo Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SUPLAN/SEDUH, Senhor Vicente Correia Lima Neto, contando com a presença do Secretário de Estado da SEDUH, Mateus Leandro de Oliveira e da Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas para discutir os assuntos da pauta a seguir transcrita: 1. Apresentação do processo de revisão do PDOT. 2. A estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão. e 3. Encontros para pensar o território do DF. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto fez um breve histórico da formação do CGP, e pontuou ser um meio de manter o diálogo ativo com a Sociedade Civil no processo de revisão do Plano Diretor e constituído a partir de decisões dos conselheiros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano - CONPLAN, que trabalharam em conjunto com a equipe da Coordenação do Plano Diretor e também do eixo temático de gestão e participação, mantendo um processo de construção conjunta do Plano Diretor. O Secretário de Estado

da SEDUH, Senhor Mateus Leandro de Oliveira informou que seria o terceiro ano dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, iniciado em 2019, com uma série de levantamentos e estudos da equipe coordenada pelo Subsecretário Vicente Correia Lima, parabenizando-o pelos trabalhos realizados, e toda a equipe da SUPLAN e demais órgãos e secretarias de Governo, que contribuíram para a formulação da metodologia. Acrescentou que no ano vigente será iniciada etapa importante de participação social, mesmo com o atual cenário pandêmico. Salientou que o PDOT está em vigência há quase 12 anos, sendo considerada atualmente a revisão de 2012, mantendo o objetivo de encaminhar Projeto de Lei para a Câmara Legislativa em março de 2022, destacando os problemas enfrentados pela ausência de regularização. Convidou a todas as entidades que auxiliem no processo de construção da revisão do Plano Diretor de forma responsável e ativa, agradecendo, em seguida, a participação de todos. A Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas ponderou com relação aos desafios enfrentados na pandemia e o empenho pela manutenção da participação social nas discussões. Pontuou as solicitações para a extensão do prazo para realização de chamamentos públicos, tornando o processo mais amplo e também extenso em função dos problemas causados pelo isolamento social, destacando a importância de possibilitar que comunidades e entidades apresentem suas contribuições para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Parabenizou toda equipe responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos. Em seguida, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto, iniciou a apresentação para dimensionar os trabalhos que serão realizados ao longo dos próximos doze meses, inclusive com a apresentação de cronograma, solicitando que fossem apresentadas contribuições dos presentes, em seguida. Ressaltou que o Comitê de Gestão Participativa foi pensado dentro de uma lógica maior de participação, criado a partir de uma evolução do Grupo de Trabalho Interno e da Coordenação Técnica do Plano. afirmou que o CGP compõe toda uma estrutura de governança; como parte executiva os Grupos de Trabalho Interinstitucionais do Governo e a Coordenação Técnica do Plano Diretor; e ainda uma comissão de governança denominada Comitê de Governança, sendo uma estrutura mais estratégica para fazer mediação e concertação interna a própria estrutura de Governo. Quanto à revisão do PDOT salientou os caminhos para um território de qualidade, não sendo apenas um território ambientalmente sustentável, mas também socialmente sustentável, com a premissa de que revisão do plano a promova uma articulação territorial integrada e estratégica, a partir dessa estrutura de participação social e governança. Pontuou a construção de uma agenda de sustentabilidade articulada às novas agendas globais e locais, o combate ao modelo de ocupação segregada e espraiado, melhorando o acesso de mobilidade e a urbanização. Declarou que a linha a ser seguida pelo PDOT 2020/2030 tem como horizonte os próximos 10, 15, 20 anos, com toda uma estrutura normativa mais complexa do que a realizada em 2009, com diversas legislações importantes e estruturais para o território e que estão vigentes, desde um sistema de unidades de conservação bastante estruturado, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba aprovado, o Plano de Desenvolvimento do Transporte Urbano e Mobilidade (PDTU), o Plano de Desenvolvimento do Transporte sobre Trilhos (PDTT), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovado, o Plano Diretor de Saneamento Básico, Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), a LUOS aprovada, com ajustes realizados recentemente na Câmara Legislativa (CLDF). Pontuou outras legislações em desenvolvimento, como a Lei de Parcelamento do Solo, o Plano de Desenvolvimento Rural, que compunha o Plano Diretor desde 2009, e está em elaboração pela SEAGRI, Sistema de Áreas Verdes em processo de discussão, criando o Sistema de Áreas Verdes Impermeáveis Intraurbanas no ZEE, o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social, desde 2013, sendo realizada adequação da legislação vigente para recebimento de recurso Minha Casa Minha Vida. Salientou a necessidade de articulação com as agendas globais, que através de processo de discussão de uma nova agenda urbana resultou em um documento, entrando em articulação de uma nova agenda que deve ser incorporada ao Plano Diretor. Convidou aos presentes a participarem na próxima quarta-feira, do primeiro dos Encontros para pensar o território e tratar do tema da habitação e regularização, e as causas e consequências da informalidade urbana e fundiária. Pontuou que a desigualdade sócio espacial também é uma premissa de combate do Plano Diretor, e em função disso, foi possível calcular o índice da vulnerabilidade social e sua complexidade, como próximo passo, explicitou que é preciso não somente mapear, mas problematizar e construir propostas que consigam atingir o objetivo de reduzir a desigualdade no território. Outro ponto abordado foi a disponibilidade e qualidade hídrica como sendo um grande desafio, principalmente no cenário atual, com diversos corpos hídricos saturados e o crescimento populacional de alguns setores da cidade. Quanto a metodologia do Plano Diretor, declarou ser necessário construir um diagnóstico feito a partir da leitura técnica e comunitária que auxiliará no prognóstico para estabelecer o horizonte para o futuro e a sua consolidação até o próximo ano. Salientou os eixos temáticos do Plano Diretor, sendo eles: a gestão social da terra, a questão da ruralidade, da mobilidade, habitação e regularização, desenvolvimento econômico sustentável e centralidades, o meio ambiente e infraestrutura, além disso os temas transversais de resiliência e participação social. Em seguida, apresentou a composição dos membros do CGP, sendo a Coordenação Geral composta por quatro servidores da Secretaria, a Senhora Sílvia Lázari, coordenadora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, a Senhora Heloisa Azevedo e a Senhora Eneida Aviani. Ressaltou que o CGP criado pelo Decreto nº 41.004/2020 é composto por 39 membros da Sociedade Civil, e passará a ser 40, em virtude de demanda do sistema do Comitê de Bacias que solicitou assento, 5 membros do Poder Executivo Distrital. Salientou que a Comissão de Governança foi criada no sentido de mediar conflitos, com quatro secretários das áreas envolvidas, contando com a participação da Casa Civil, e o GTI composto pelos órgãos: Codeplan, SEMA, SEDUH, IBRAM, SEMOB, CAESB, ADASA, SLU, Novacap, Secretaria de Obras e CODHAB. Quanto ao chamamento público para participação na composição, informou que foram

203 inscrições, 94 habilitados, contando ainda com 22 inscrições em análise para o próximo ciclo, com o resultado a ser apresentado no dia 22 de março. Explicitou que a próxima reunião do Comitê de Gestão Participativa está prevista para o dia 19 de abril, e a primeira reunião oficial seria no começo de maio, logo após a eleição. Informou que estão previstos, ainda, três encontros do Comitê de Governança ao longo do ano, e aderindo ao processo de participação, que tem recebido contribuições enquanto Reunião Livre e contando com a participação em Reuniões Específicas. Pensando na questão do território, explicitou que serão oito encontros semanais, iniciando no dia 17, estendendo até meados de maio, e em seguida a realização de oficinas temáticas ao final de maio e junho, para contribuições por UPI, apresentação de prognóstico do Plano Diretor, e o recebimento de contribuições, ao final de agosto a realização da Primeira Audiência Pública de apresentação apenas do diagnóstico e prognóstico, e concluindo o cronograma, será feito encaminhamento à Câmara Legislativa ainda no primeiro trimestre de 2022. Em resumo, salientou que serão oito oficinas e seis encontros ao longo dos próximos doze meses, entrando na fase de oficinas temáticas, consolidando o prognóstico que vai ser apresentado e discutido na Audiência Pública. Solicitou a participação de todos no Encontro para Pensar o Território, e que participem da enquete no site do PDOT para escolha de subtemas relevantes para cada eixo. Finalizando sua exposição, ressaltou a importância de conhecerem o site do PDOT, pelo linkwww.pdot.seduh.df.gov.br, demonstrando a funcionalidade do Geportal. Em seguida, franqueou a palavra para manifestações. O Senhor Benny Schvarsberg, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília (FAU/UnB), parabenizou o esforço coletivo e complexo que tem sido feito para manutenção da abertura de um espaço de debate democrático e participativo, cumprimentando os representantes das entidades dos movimentos coletivos do Comitê. Pontuou que o PDOT trata do ordenamento do território que envolve múltiplas temáticas, que não são isoladas e que precisam dialogar nas relações que mantém entre si, sugerindo que na metodologia haja um espaço democrático, participativo em que as entidades que trabalham há anos no DF em temas estruturais para revisão do PDOT, como habitação e mobilidade, possam encaminhar propostas para a sua revisão. Propôs também que o Comitê realize reuniões mensais ordinárias dos grupos temáticos específicos, em um calendário organizado nos próximos meses ao longo do ano. Por fim, alertou para que avancem ao máximo possível ao longo do ano de 2021 para tentar construir propostas que ouçam a sociedade organizada e, sobretudo, respeitem, considerem e contemplem o acúmulo crítico e positivo das entidades, associações e coletivos do Distrito Federal. O Senhor Antônio Batista Morais parabenizou a coordenação e a Secretaria pela atitude de manter reuniões com a participação social no atual cenário pandêmico. Solicitou que o Governo, as entidades e os segmentos sociais dediquem-se para antecipar a agenda. Pontuou o foco que tem sido dado a questão da habitação e da regularização, uma vez que o território do Distrito Federal é 68% não regulamentado, existindo uma demanda de moradia digna no Distrito Federal, justificando a necessidade de acelerar o calendário das questões relativas ao PDOT, tentando dinamizá-las o máximo possível. O Senhor Mário Blanco Nunes, representante da PKECOMOR/DF, cumprimentou a toda equipe pelos trabalhos, ressaltando a importância de manter o diálogo com a Sociedade Civil sobre a revisão do PDOT, visando uma construção conjunta, coletiva e a maior participação possível da Sociedade Civil, de forma que isso venha refletir os anseios de forma geral da sociedade, e ainda a necessidade de revisão do PDOT visando torna-lo simplificado, possibilitando uma maior eficácia. Sugeriu a participação ativa e automática dos membros que compõem o CONPLAN, o que afirmou que enriquecerá os trabalhos preliminares. Em resposta, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto afirmou que o CGP e o CONPLAN são órgãos colegiados distintos e sem interligação, entretanto, há dispositivo na Lei que prevê o desenvolvimento de ações e atividades do CGP, onde os seus membros podem, quando julgar necessário, consultar ou firmar parcerias, acordos, ou solicitar a participação e colaboração de representantes do CONPLAN, do CCPPTM, da CLDF, da SPU e outros órgãos do Distrito Federal. Quanto a questão da habitação e regularização levantados, salientou que são dois temas que comandam a agenda pública do Plano em conjunto com o meio ambiente e mobilidade. Em função da complexidade do tema da regularização, uma vez que está sendo garantido principalmente a população de interesse social o direito fundamental a moradia, a demarcação com reconhecimento de fato, afirmou que a área de regularização de interesse social é importante e, em função disso, estão antecipando uma revisão do Plano Diretor no PLC de REURB. Quanto ao cronograma, informou que o produto discutido e construído em conjunto com a sociedade pela CGP será finalizado a tempo, mantendo o respaldo na Câmara Legislativa, como também o apoio na CLDF. Com relação ao calendário e proposta de reuniões mensais, informou que deveriam aguardar a aprovação do cronograma que se dará na primeira reunião formal do CGP, podendo ser definidas agendas preliminares. O Senhor Douglas Faustino, presidente da Associação de Moradores, apontou a questão da regularização e da moradia dentro do PDOT, colocando-se à disposição para participar das discussões, mantendo a responsabilidade de atender todos os pontos da sociedade. O Senhor Francisco Dorion, da Federação dos Inquilinos do Distrito Federal - FID/DF parabenizou a toda a equipe da Secretaria, reforçou que seja feito um esforço concentrado para antecipar a finalização da questão do PDOT. Apontou a necessidade de envolvimento das administrações das cidades satélites de Brasília e a implantação da CLP nas cidades, e ainda a questão de áreas que pertencem ao Governo do Distrito Federal e áreas que pertencem ao Governo Federal através da competência da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Parabenizou toda a equipe responsável. O Senhor Cláudio Pires salientou que a revisão do PDOT é uma tentativa de rever algumas situações que são constantes em termos de leis, decretos e ações políticas, entretanto, afirmou que peca quando trata da área rural, reforçando que quase todas as pessoas que estão em área periurbana ou rural tem dificuldades quanto ao seu território, uma vez que regularizam-se áreas indevidas, inserindo-as como área rural, e com um tratamento aleatório. Pontuou ainda questões que

apresentam incoerências no PDOT e necessitam de uma melhor avaliação. O Senhor Rafael Serejo de Jesus, vice-presidente da Associação dos Proprietários dos Lotes do Condomínio Pousada das Andorinhas, agradeceu a SEDUH pela oportunidade de construção do processo de forma participativa, dando voz a vários setores, segmentos e entidades, reforçando a solicitação de dar celeridade ao processo de revisão por fim, reforçou a preocupação quanto a situação fundiária no DF, afirmando que devem continuar o processo de debate sem depender das mudanças de Governo, uma vez que as decisões replicam-se em todas as Regiões Administrativas do DF. A Senhora Alinne Marques, representante da Associação Cidadã por Moradia, Terra e Trabalho e da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Palmares. (ACOIATO/APROAPA), pontuou com relação às áreas rurais, afirmando ser essencial dentro do estudo a ser realizado que possam incluir estas áreas em perímetros urbanos, possibilitando o avanço nas questões relativas à regularização, no sentido de definir critérios mais seguros para toda a sociedade. Solicitou que as ocupações na Região Norte, inclusive áreas da União que estão dentro do DF, possam fazer parte de um acordo de cooperação para fiscalização, em razão da dificuldade de alcance dessas invasões que ocorrem nas áreas que são da União dentro do Distrito Federal. A Senhora Sandra Maria Amador parabenizou a equipe pela iniciativa, apresentando, em seguida, Minuta da Ata da Reunião Extraordinária da CLP, realizada no dia 19 de dezembro de 2018, informando que não houve resposta aos questionamentos feitos, reforçando que sua demanda, à época, foi implantação de uma fábrica social em Samambaia. A Senhora Massae Watanabe, representante da APRONTAG, apontou um possível descompasso entre o que está sendo proposto no trabalho de articulação do PDOT e o que efetivamente está acontecendo no PLC 77 de regularização fundiária das áreas urbanas, que encontra-se na Câmara Legislativa, com pedido de regime de urgência para a discussão e aprovação, questionando quanto a validade do PLC, e sua aprovação prévia às disposições do PDOT. Em resposta, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto informou quanto ao PLC, que a questão da regularidade fundiária de zona rural não foi abrangida por conta da revisão do próprio plano. Salientou a necessidade da formalização dos processos e o encaminhamento de sugestões, não somente enquanto representantes de comunidades que compõem o grupo do Plano Diretor, mas utilizando o expediente das Reuniões Livres, possibilitando a análise das demandas de forma individual. O Senhor Luis Fernando Zeferino, representante do CAU/DF, salientou a abordagem de temas polêmicos a serem enfrentados pela Comissão, visando principalmente um planejamento urbano que traga qualidade de vida para a população. Colocou o CAU/DF à disposição para que possam participar ativamente da discussão. O Senhor Guilherme Alves, Associação dos Moradores do Jardim Mangueiral, pontuou que o Jardim Mangueiral é um bairro planejado, entretanto, aponta a ausência de equipamentos públicos, destacando que um trabalho subsequente às regularizações e legalizações seria a destinação de territórios para as escolas, delegacias, corpo de bombeiros, espaços culturais e espaço de trabalho de vários setores, abordando a interseção muito forte do DF com o Goiás, sendo o entorno do DF pautado no Conselho de Transparência e Controle Social por conta do transporte, a mobilidade, a empregabilidade, a presença de impostos e a questão da saúde. Assim, questiona se desse cronograma é prevista alguma discussão direta com o Governo de Goiás e de outros Estados do Entorno, que afirmou manter total influência na gestão do território do DF. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto concordou com as colocações feitas referentes ao entorno, afirmando ser um tema de urgência, salientando que o Plano Diretor pode auxiliar na discussão. afirmou que as sugestões apresentadas serão discutidas ao longo do próximo ano, reiterando o convite para que todos participem da construção e condução do texto do Plano Diretor. A Senhora Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas enalteceu o enorme interesse de todos que participaram e contribuíram, agradeceu a presença de todos, assegurando que todas as propostas e colocações seriam analisadas e dadas o retorno, afirmando ser extremamente importante buscar soluções tanto para as zonas rurais e para as zonas de regularização urbana. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto solicitou a participação de todos no processo de eleição a ser realizado no dia 19 de abril, informando que logo na sequência seria realizada a Primeira Reunião Ordinária, com a apresentação de um balanço dos encontros da primeira reunião e para discutir os próximos passos e a aprovação do cronograma. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Reunião pública do Comitê de Gestão Participativa, que integra a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, foi encerrada pelo Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano, Senhor Vicente Correia Lima, agradecendo a presença de todos. MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH; GISELLE MOLL MASCARENHAS, Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH; VICENTE CORREIA LIMA, Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SUPLAN/SEDUH.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

DESPACHO Nº 26, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Fixa os valores da Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU) do mês de FEVEREIRO/2021, a ser repassado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.